

MAÇONARIA E EMBATES POLÍTICOS EM PERNAMBUCO COM OS INTEGRALISTAS: O CASO DA CIDADE DE RIO BRANCO/ARCOVERDE (1930-1937)

FREEMASONRY AND POLITICAL CLASHES IN PERNAMBUCO WITH THE INTEGRALISTS: THE CASE OF THE CITY OF RIO BRANCO / ARCOVERDE (1930-1937)

Augusto César Acioly¹

Endereço Profissional: AESA-CESA - Rua Gumercindo Cavalcanti, 420, São Cristóvão, Arcoverde
Pernambuco 87 3821 1579
E-mail: cesar_historia@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo tem como preocupação central discutir o processo de estruturação do movimento maçônico ao longo da década de 1930, observando os embates travados entre a maçonaria, a vigilância sistemática por parte dos órgãos de investigação do Estado e os integralistas. Utilizamos como locus privilegiado a cidade de Arcoverde, a fim de analisarmos as relações de disputa entre maçons e integralistas. A nossa preocupação ao longo do texto foi atentar para o processo de organização da maçonaria em Pernambuco nos anos iniciais da década de 1930, observando a maneira com essa instituição era fiscalizada pelos poderes constituídos, ao mesmo tempo que ela se envolveu em vários campos de confrontos que destacavam o seu papel enquanto personagem político, condição que a levou a estabelecer enfrentamentos com os integralistas. Situando nossa análise de maneira geral entre os anos 1930-1937, num primeiro momento apresentaremos a situação da maçonaria e a sua vigilância por parte dos órgãos do estado, para depois situarmos os embates entre a maçonaria e os grupos maçônicos. Utilizamos como fontes os arquivos do DOPS/PE e os jornais o Amigo Matuto, o Archote e o Mensageiro.

Abstract: article is primarily concerned with discussing the process of structuring the Masonic movement throughout the 1930s, observing the clashes between Freemasonry, systematic surveillance by State investigative bodies and integralists. Using the city of Arcoverde as a privileged locus, to analyze the dispute relations between Freemasons and Integralists. Our concern throughout the text was to observe the process of organizing Freemasonry in Pernambuco in the early 1930s, observing the way in which this institution has supervised by the instituted powers, at the same time that it was involved in various fields of clashes that highlighted his role as a political character. Condition that led her to face confrontations with the integralists. Situating our analyzes in a general way from 1930-1937, initially presenting the situation of Freemasonry and its surveillance, by the organs of the State, so that afterwards we situate the clashes between Freemasonry and Masonic groups. We used the DOPS/PE archives and the newspapers as Amigo Matuto, Archote (1932) and Messenger. Seeking to highlight the political action of Freemasonry, and the confrontations waged with other characters such as

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2013) e Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (2007). Possui graduação em História (2002) e especialização em História Regional do Brasil (2004) pela Universidade Católica de Pernambuco. Tem experiência na área de História na Educação Básica (Fundamental e Médio) e no nível Superior (graduação e Pós-graduação). Suas áreas de interesse de estudo e pesquisa são: ensino de História e Cinema, Formação de Professores e História das Instituições de Ensino Superior História do Brasil com ênfase em História do Nordeste Brasileiro Contemporâneo, Maçonaria no Brasil, Nordeste e Pernambuco, Cultura Política, Igreja católica e relações catolicismo - Maçonaria no período republicano.

Procuramos destacar a ação política da maçonaria e os enfrentamentos travados com outros personagens, como o órgão de vigilância de Pernambuco e os integralistas. Colaboramos, assim, no sentido de desconstruir a visão estabelecida na historiografia oficial, de que a maçonaria não teria atuado politicamente com o advento da República.

PALAVRAS-CHAVE: Maçonaria, embates políticos, integralistas, Pernambuco e Arcoverde.

general way from 1930-1937, initially presenting the situation of Freemasonry and its surveillance, by the organs of the State, so that afterwards we situate the clashes between Freemasonry and Masonic groups. We used the DOPS/PE archives and the newspapers as *Amigo Matuto*, *Archote* (1932) and *Messenger*. Seeking to highlight the political action of Freemasonry, and the confrontations waged with other characters such as the Pernambuco surveillance body and the integralists. Thus collaborating, in order to deconstruct the view established in historiography that Freemasonry would not have acted politically with the advent of the Republic.

Keywords: Freemasonry, political clashes, integralists, Pernambuco and Arcoverde.

Embates políticos e ideológicos nos anos iniciais da década de 30

Passava das 20 horas e 40 minutos do dia 14 de agosto do ano de 1933, e os investigadores J.B.S e P.P.P, pertencentes à seção de Ordem Política e Social, encontravam-se dispostos na calçada contrária da rua do Imperador, no centro da cidade do Recife, estado de Pernambuco, Brasil, com as vistas fixas no movimento efetuado pelas pessoas que entravam no número 460 e circulavam pela rua.

Portavam-se de maneira discreta para não chamar a atenção dos transeuntes e daqueles que se dirigiam àquele prédio na calçada oposta. Desde pelo menos as 20 horas, anotavam com precisão todo o movimento dos que se direcionavam ao número 460. Mesmo com os olhares atentos ao movimento de pessoas que chegavam ao prédio, os investigadores não deixavam de observar os indivíduos que transitavam nas proximidades.

O olhar atento deles, aliás, não deixou passar despercebida a entrada do coronel Antonio Muniz, exatamente às 20 horas e 5 minutos, no Café Pereira Ferreira, o que veio a demonstrar o grau de percepção e vigilância dos investigadores J.B.S e P.P.P. É possível observar, nas anotações dos agentes da Ordem Política e Social, a descrição dos trajés do coronel Antonio Muniz, que, segundo eles, trajava um “terno de casimira marrom, sapatos brancos e marrom, chapeo de massa”². (Folhas avulsas, 1933)

Parágrafos mais à frente da sua anotação, sem perder o foco sobre a movimentação do prédio nº 460, os investigadores constatavam que no intervalo de 30 minutos entraram

² Esta passagem encontra-se nas Folhas Avulsas, DOPS-PE, 1933.

17 cidadãos no segundo andar do prédio. Segundo suas apreciações, “*entre elles, notamos que alguns eram de pouca representação [...] sendo 16 de roupa branca e 1 de preta. Devido a distância que nos separava, foi-me impossível conhecer as caras...*”³.

O trabalho de investigação, descrito nos parágrafos precedentes, foi realizado entre os dias 18 e 26 de agosto de 1933, tendo como alvo o prédio que abrigava três lojas maçônicas, que eram a Cavaleiro do Oriente, Luzeiro da Verdade e Cavaleiro da Luz. A ação perdurou 12 dias e tinha como foco central de observação as terças e quintas de cada semana, que eram os dias de reunião da loja maçônica Luzeiro da Verdade e Cavaleiro da Luz. A persistência em observar a movimentação nestes dias, por parte da Delegacia de Ordem Política e Social, nos diz muito das relações que vão se estabelecer entre o Estado e a Maçonaria durante a Era Vargas. Essa relação teve como um dos desfechos o fechamento das lojas maçônicas por parte do governo autoritário imposto por Vargas, a partir de 1937, e a perseguição velada à maçonaria por parte da intelectualidade conservadora e católica do Brasil e Pernambuco, tendo como uma das expressões de combate os integralistas.

Ao destacar a maneira como os maçons vinham sendo investigados pelo órgão de vigilância do estado de Pernambuco, procuramos, ao longo do artigo, apresentar que essa lógica de vigilância nos ajuda a compreender, num primeiro momento, que os maçons continuavam a agir na difusão de ideias políticas relacionadas ao ideário liberal. Destacamos, portanto, a sua atuação enquanto personagem histórico, ao mesmo tempo que as pautas políticas por eles defendidas os colocavam em situação de enfrentamento com os seguimentos relacionados ao um espectro antiliberal, representado pelos integralistas, e que em alguns momentos os faziam encenar enfrentamentos.

A maneira como os maçons divulgavam seus pontos de vista políticos, num período sinalizado por vários projetos com relação aos destinos do Brasil, e as posições da maçonaria relacionadas ao ideário liberal colaboravam, portanto, para que parte da instituição apresentasse qual a compreensão que possuía sobre questões do campo político. Dessa forma, ao posicionar-se ao lado dos que defendiam algumas demandas do ideário liberal, parte da maçonaria brasileira e pernambucana adquiria os estereótipos com relação a tal instituição, principalmente quando travavam debates com segmentos mais conservadores, como os integralistas ou intelectuais de matriz católica. Estes reforçavam o

³ Esta narrativa que abre o presente capítulo foi retirada das folhas avulsas datadas dos dias 18 e 26 de agosto de 1933, dos investigadores J.B.S e P.P.P, ligados à seção de Ordem Política e Social encontrada no prontuário da Loja Cavaleiro da Luz 7522.

ideário antimaçônico, orientados muitas vezes por um conjunto de imagens que difundiam sua associação com o comunismo e o suposto poderio judaico internacional⁴.

Diante desse conjunto de questões, acreditamos que o leitor se questione sobre quais os motivos que fizeram com que o estado varguista fiscalizasse a ação da maçonaria em Pernambuco e em outras partes do país. Parte da resposta direciona-se pela atuação de toda uma difusão de ideias que associavam os maçons e sua instituição como forças que agiam “na surdina”, procurando escamotear as suas reais intenções. Aliado a tal perspectiva, outra dimensão que merece ser pensada é a de uma insistência, por parte da historiografia, de desenvolver uma falta de presença e ação desta instituição no período republicano. E no espaço deste trabalho, na década de 1930, tal perspectiva pode ser repensada na medida em que a maçonaria era atacada e ao mesmo tempo divulgava a sua visão de mundo e sociedade, o que denotava uma ação efetiva. Semelhante visão começou a ser repensada a partir do desenvolvimento dos estudos acadêmicos, que tinham como foco privilegiado a maçonaria e que tiveram na década de 1990 o seu momento de ascensão no seio da comunidade dos historiadores.

Esta visão passiva e desmobilizada construída sobre a Maçonaria teve no historiador paulista Sérgio Buarque de Holanda⁵ um dos seus formuladores, o qual difundiu a concepção de que a partir da introdução do ideário positivista – de maneira mais intensa a partir da década de 70 do século XX, tendo com a proclamação da República o seu período áureo –, o fenômeno denominado pelo historiador paulista de maçonismo ou filosofia maçônica perdeu a sua importância e força política junto à sociedade. Ao destacar tal compreensão, Buarque de Holanda apresentava a maçonaria como uma instituição sem importância política, social e cultural.

Nos últimos anos, esse argumento de Sérgio Buarque foi sendo cada vez mais desconsiderado por meio de vários estudos que se colocam na contramão das análises propostas por ele. Balizados por trabalhos desenvolvidos por Alexandre Mansur Barata, Luis Eugenio Vescio, Marco Morel e Françoise Souza, Augusto César Acioly Paz Silva e Luiz Mário Ferreira da Costa⁶, é possível observar que ao contrário da superação da

⁴ Dentro do conjunto de obras que discutem as visões negativas, orientadas na concepção de uma instituição a serviço do comunismo e judaísmo internacional, e os embates travados pela maçonaria, ver: COSTA, Luiz Mário F. *A antimaçonaria desvendada: conspirações, pactos satânicos e comunismo* de Luiz Mario Ferreira Costa. Curitiba: Prismas, 2016; ARRIBAS Javier Dominguez. *La utilización del discurso antimasonico como arma política durante el primer franquismo (1939-1945)*. In: Hispania. Revista Española de Historia, 2006, vol. LXVI, núm. 224, septiembre-diciembre, p. 1107-1138; BARROSO, Gustavo. *História Secreta do Brasil*.

⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Da Maçonaria ao Positivismo*. In: _____. (org.) *História geral da civilização brasileira*. 4ª. ed. São Paulo: Difel, 1985, t. II, vol. 5, p. 289-305.

⁶ Nas últimas décadas vários trabalhos acadêmicos procuram destacar o papel da maçonaria na condição de objeto de estudo do campo da História. Ver: SILVA, Augusto César Acioly Paz. *Pedreiros do mal: Maçonaria x Igreja Católica em Pernambuco (1900-1912)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007; _____. *Maçonaria e República: confrontos, conflitos, tensões e atuação*

maçonaria pelo ideal positivista proposta por Holanda, o que constatamos foi que ocorreu, na verdade, uma mudança de atitude política da maçonaria no alvorecer da República⁷.

Tal comportamento repercutiu na adoção de uma nova forma de compreender qual seria o seu papel enquanto agente político. Seu alinhamento com uma facção partidária passou, pois, a ser entendido não mais como campo de batalha, como havia acontecido ao longo do século XIX. A maçonaria começou a se preocupar não com uma vinculação partidária específica, mas em discutir questões que não enquadravam num horizonte partidário A, B ou C, operando, assim, no interior de uma cultura política que centrava a sua defesa sobre temas como: a questão da educação nacional, a proteção e difusão do princípio de tolerância na sua mais ampla acepção, a preocupação com a questão social, a educação e a laicidade do estado.

Ao observarmos as maneiras como os seus adeptos portavam-se a respeito de questões que mobilizavam a sociedade e giravam em torno do ensino laico, tolerância religiosa e combate a ideologias políticas questionadoras da visão de mundo liberal, esta última assentada na defesa das liberdades e no combate a qualquer ideário que advogasse uma posição autoritária de sociedade; ao se posicionarem defensivamente quanto a esses princípios alguns integrantes da maçonaria – e, conseqüentemente, seus espaços de sociabilidades – colaboravam na difusão de uma maneira de agir que não se vincula a um partido político específico, o que denota uma compreensão da política muito sintonizada a atitudes e demandas que podem ser compreendidas dentro da perspectiva da cultura política; ao combater ideários antiliberais e de viés autoritário, os maçons agiam independentemente de uma filiação partidária específica, orientados por uma sensibilidade que os ligavam à tradição liberal devido a um conjunto de ideias que colaboraram na formação da maçonaria moderna⁸. Alguns desses temas circulavam no

sociopolítica de maçons em Pernambuco nas décadas de 1930 e 1940. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, 2013; _____. "A Besta Anti-clerical a Solta": Igreja Católica, intelectuais e conflitos com a Maçonaria (1900-1912). In: NETO, Martinho Guedes dos Santos; COSTA, Robson Xavier da. (Org.). PESQUISA EM HISTÓRIA: temas e abordagens. 1ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2009, v. 1, p. 113-134; _____. Maçonaria e República em Pernambuco: algumas considerações (1889-1912). In: MACEDO, Helder Alexandre. (Org.). Capítulos de História do Norte-Nordeste: poder, cultura e sociedade. 1ed. Florianópolis; Carnaúba dos Dantas: Bookess Editora; Edição do Autor, 2011, v. 1, p. 3-189.

⁷ As obras que se encontram referenciadas neste parágrafo, tem no interior da historiografia acadêmica uma importância vital, pois são estudos de fôlego sobre a Maçonaria, discutindo-a durante o período republicano, e contribuindo no sentido de reconstruir argumentos e aspectos sobre as suas ações no respectivo período. A referência destas obras são: BARATA, Alexandre Mansur. Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas: Editora da Unicamp, 2000; COSTA, Luiz Mário Ferreira da. *A antimaçonaria desvendada: conspirações, pactos satânicos e comunismo* de Luiz Mario Ferreira Costa. Curitiba: Prismas, 2016. VÉSCIO, Luis Eugênio. *O crime do padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul: 1893 à 1928*. Santa Maria: Editora da UFSM, Porto Alegre: Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, 2001; MOREL, Marco; SOUZA, Françoise J. Oliveira. *O Poder da Maçonaria: História de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

⁸ REMOND, René. *Por uma História Política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV/Ed.UFRJ, 1996; AZEVEDO, Cecília et al. *Cultura Política, Memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

interior das lojas e nos artigos encontrados nos órgãos de imprensa financiados pelos maçons ao longo das décadas de 1930 e 1940, mesmo com a descontinuidade de muitas das publicações. Colocavam-se, como já destacamos, dentro de um espectro político, sintonizado com o ideário liberal, posição que mesmo não sendo voz oficial da maçonaria pernambucana e brasileira, encontrava-se presente em muitas oficinas, como, por exemplo, as que sofreram vigilância por parte da delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco. Outro tema que ganhou evidência nas páginas da imprensa maçônica do Brasil destacava o confronto de ideias com relação aos partidários do ideário de extrema-direita, materializado pelo integralismo no Brasil e em Pernambuco⁹.

Em face da desconstrução da visão de uma instituição maçônica sem presença no cenário político, social e cultural do Brasil, é possível compreendermos a atitude fiscalizadora do Estado varguista sobre os filhos da viúva¹⁰. A partir do relato apresentado no início do texto, é possível compreendermos que se desenvolveu com relação à Maçonaria uma lógica de suspeição, concepção que pode ser destacada pelo fato de que o aparato de vigilância e repressão passou a ser utilizado por parte do Estado brasileiro com relação aos maçons e foi se ampliando, no sentido de procurar destacar qualquer tipo de ação que pudesse representar algum tipo de posicionamento de confrontação à ordem. Porém, nos anos iniciais da década de 1930 até praticamente o Golpe de 1937, que inaugurou o Estado Novo e interditou as ações maçônicas, os órgãos de vigilância chancelados pelo Estado brasileiro preocupavam-se de maneira intensa com a realização de uma espécie de monitoramento das ações dos grupos que pudessem “desestabilizar a ordem estabelecida”. Nesse sentido, para pensarmos tal questão é necessário reavaliarmos a maçonaria no contexto dos ditos “Tempos de Intolerância”, que tomaram conta do Brasil com o advento da Era Vargas. Tal período iniciou a instauração de um estado de vigilância permanente, agravado com a emergência do golpe de 1937, que implantou o Estado Novo, trazendo tempos sombrios para a sociedade brasileira e local¹¹.

Como possibilidade para compreendermos um pouco melhor a presente questão, podemos destacar o processo iniciado a partir dos anos iniciais da década de 1930, de um estado com forte poder de vigilância e repressão, que passou a ter como um dos órgãos principais de vigilância a seção de Ordem Política e Social, posteriormente nomeada de

⁹ Essas discussões encontram-se expressas na imprensa maçônica do período. Para observar algumas das discussões, ver: O Archote, Recife (1932), Mensageiro. Garanhuns/PE, 1937.

¹⁰ Termo usado para se referir aos maçons, numa referência direta a um dos maçons míticos, Hiram, construtor do templo de Salomão, que era filho de uma viúva. Hiram, segundo contra a narrativa, foi assassinado defendendo a palavra secreta do seu ofício de mestre por aprendizes trabalhadores da construção do templo que, a partir do conhecimento da “palavra secreta”, queriam conhecer os mistérios da arte da construção.

¹¹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O antissemismo na Era Vargas: Fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

Delegacia de Ordem Política e Social¹².

Semelhante lógica, que se instalou com a organização dessa instância, nos revela muito do processo de reorganização e modernização da máquina administrativa do Estado, que passou a criar novos departamentos para orientar a sociedade a partir de um forte discurso modernizador, mas que deixava impresso um claro viés autoritário. Com a instalação dessa lógica, justificou-se cada vez mais o desenvolvimento de um arsenal burocrático de instituições que tinham como prática básica o processo de vigilância da sociedade¹³.

A fiscalização empreendida pelo Estado assentava o seu discurso nos embates próprios do período, principalmente nos empreendidos no contexto das décadas de 1930-40, entre aqueles que defendiam ou inseriam-se no interior de um campo intelectual mais conservador, representados por intelectuais católicos, integralistas e anticomunistas; e, do outro lado, o que nós poderíamos denominar de setores progressistas, que congregavam uma diversidade de posições, entre elas os de tendência liberal, orientação que se encontrava no cerne da organização da maçonaria moderna e que possuía alguns círculos maçônicos como defensores.

Ao analisarmos os enfrentamentos que se travaram entre maçons e integralistas, personagens centrais deste texto, torna-se possível observar algumas posições que apresentavam qual o lugar de cada um deles no campo político entre 1932 e 1937. Temas relacionados à defesa de uma sociedade sem a intervenção ou privilégio de uma expressão religiosa, a preocupação com uma educação laica e a defesa de princípios de tolerância, convertiam-se em demandas defendidas pelos maçons brasileiros. Já no outro oposto, os segmentos relacionados ao ideário integralista, à descrença no sistema liberal, uma educação vinculada ao ideário religioso católico, como expressão da alma brasileira, o antimodernismo e anticomunismo faziam parte das suas bandeiras. Diante desses enfrentamentos, observaremos como ela se estabelecia de maneira concreta, analisando os embates ocorridos em Pernambuco e tendo como microcosmo da nossa reflexão o município de Arcoverde/PE, que na década 1930 chamava-se Rio Branco. Empreender tal exercício histórico não se encontra desconectado da realidade brasileira, pois os vínculos e os embates aconteceram em maior ou menor proporção em vários espaços. Pensá-los a partir de Arcoverde/Rio Branco é contribuir para observar como tal dinâmica se desdobrou, tanto no que toca à organização da maçonaria quanto aos enfrentamentos políticos-culturais dessa instituição.

¹² SILVA, Giselda Brito. *A lógica da Suspeição contra a força do Sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco*. Universidade Federal de Pernambuco. 2002. Recife, 277 p. Tese (Tese de História).

¹³ ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. *A Construção da Verdade Autoritária*. São Paulo: Humanitas, 2001.

O compasso versus o sigma nos sertões pernambucanos: Maçonaria e Integralismo na cidade de Rio Branco (Arcoverde) na década de 1930 e 1940

No mês de março de 1933 ocorre a elevação da cidade de Rio Branco (atual Arcoverde) à condição de município. Esse processo foi estabelecido e articulado por meio da participação das lideranças locais, representadas por vários estratos sociais que se compunham das forças produtivas a comerciais da povoação, a qual procurava sair da condição de localidade submetida ao poder municipal de Pesqueira. As pressões para que a autonomia fosse alcançada constituía-se numa demanda colocada pelas lideranças da vila no interior do conselho municipal desde, pelo menos, os anos finais da década anterior.

Muito dessa postura era motivada por um conjunto de elementos que, comparados a outras localidades do sertão pernambucano, colocavam Rio Branco na condição de entreposto importante e geograficamente estratégico entre as portas do sertão e o chamado “sertão mais profundo”. Como exemplo de tal realidade, o fato de nas primeiras décadas do século XX Rio Branco consistir, como já destacamos, em ponto final da linha de trem que partia do Recife garantia estatuto de lugar de pouso, o que colaborou para a vila se transformar num espaço de comunicação comercial. E, com a chegada de órgãos oficiais do estado, que intermediavam as relações entre a capital, as áreas do litoral e agreste e as regiões mais profundas de Pernambuco foram interconectadas pelas linhas do trem da Great Western¹⁴. Em tempos de “modernidades”, devido à expansão das relações capitalistas e dos seus desdobramentos, a estrada de ferro possuía o encurtamento das distâncias, representando assim uma imagem de mudança e movimento, capitaneada simbolicamente pela visão de que o progresso chegava a Rio Branco. Inclusive, a cidade se constituía numa das justificativas no interior das demandas políticas, defendidas pelos grupos que procuravam forjar o processo de autonomização da vila em relação a Pesqueira.

Essa condição de empório da cidade de Rio Branco, a partir da chegada do trem, colaborou inclusive no sentido de forjar um dos aspectos da sua identidade: a representação de uma cidade voltada ao comércio, na qual esta atividade possuía lugar privilegiado nas relações que a cidade estabelecia com outras cidades da região e dos sertões próximos¹⁵. Ao longo das décadas de 1930 a 1940, período de análise deste artigo, a cidade de Rio Branco experimentava um período de expansão com um intenso fluxo de

¹⁴ FERRAZ, Luís Wilson de Sá. *Minha cidade, minha saudade*. Arcoverde, 1972.

¹⁵ AMORIM, Helder Remígio; CESAR, Tiago da Silva; CABRAL, Flávio José Gomes; DOMINGUES, L. M.; SANTOS, M. E. V. *Imagens citadinas: memórias, narrativas e histórias de um sertão urbano (Arcoverde-PE 1970-1980)*. In: CESAR, Tiago da Silva; et al (Orgs.). (Org.). *História, Cultura & Patrimônio: experiências de pesquisa*. 2. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2019, v. 1, p. 1-497; AMORIM, Helder Remígio de. *Memórias e práticas culturais: a modernização do comércio de alimentos de uma cidade do Sertão de Pernambuco na década de 1970*. HISTÓRIA ORAL, v. 22, p. 133-165, 2019.

peessoas, que desde pelo menos o final da década anterior se inicia, mas que a partir das décadas referidas se intensifica e se consolida. Para que isto seja possível, utilizamos as informações do pesquisador da história local, Luciélío de França Palmeira, que destaca que o início da transformação na antiga povoação de “Olho d’Água”, depois “Olho d’Água dos Bredos”, começou a ser sentido pelo processo de dinamização provocado pela inauguração, no dia 13 de maio do ano de 1912, da estação ferroviária da Greath Western, empresa responsável pela administração das linhas férreas de Pernambuco.

Segundo dados fornecidos pelo pesquisador Luciélío, é provável que até o momento da chegada do trem a população de Olho d’Água dos Bredos girava em torno de 5000 habitantes, número que por volta de dois anos depois, em 1914, já chegava a 8000 habitantes, e nas décadas finais de 1920 chegava em torno de 15000 a 18000 habitantes. Os dados para as décadas seguintes, de 30 e 40, apontam que este acréscimo populacional continuou em crescimento, intensificando-se de maneira exponencial depois de um longo processo de articulação capitaneado pelo coronel Antônio Japiassu e outras lideranças vinculadas ao mundo rural e comercial da cidade, os quais conseguiram a elevação da condição de vila de Rio Branco a município.

Como já destacado, esse processo de autonomização, aliado ao lugar estratégico de comunicação que a localidade desfrutava, são condições importantes para o município se estabelecer na condição de parada obrigatória e espaço privilegiado para as idas, vindas e assentamentos das populações que trafegavam entre os sertões mais profundos, o agreste, zona da mata e litoral. Tal processo acontecia, principalmente, nos períodos em que as secas assolavam as regiões semiáridas contíguas, as quais não desfrutavam dos canais de comunicação e abastecimento, condição que começou a se reverter, como já afirmamos, com a chegada do trem à Rio Branco.

Após a chegada do trem e das décadas 1920 a 1940, a configuração da cidade conheceu uma diversificação no campo do comércio que, através das modernidades e do progresso estabelecido pela chegada da estrada de ferro, assolavam as cidades que iniciavam um pequeno desenvolvimento comercial. Dessa forma, Rio Branco, mesmo antes de torna-se sede de município, passou a contar com um leque de estabelecimentos comerciais diversificados para aquela época: cinemas, padarias, hotéis, jornais, clubes sociais, agências de vendas de carro, de estivas, representações de empresas de exportação de algodão e outros produtos e casas comerciais de variedades, que utilizavam como ponto de articulação importante a estação ferroviária da cidade.

Diante desse cenário, acompanhamos o surgimento de segmentos sociais ligados aos serviços e órgãos do estado, que se fixavam na cidade e passaram a dispor de uma

lógica e sociabilidades diferentes das experimentadas por aqueles que se encontravam vinculados ao mundo rural. E, por mais que muitas destas “novas classes” tivessem referências neste mundo, procuravam em alguma medida acessar e reelaborar vivências que se ligavam diretamente à condição de conviver no espaço urbano. Entravam, assim, em contato com tecnologias e modos que não eram os mesmos do mundo rural, por mais que não possamos compreender tal sociabilidade dentro de uma ótica de cisão extrema, pois é necessário compreendê-la dentro de uma ótica na qual se mantinham níveis de circularidade. É nesse contexto de expansão e diversificação, aumento populacional e chegada de pessoas de outras localidades, que nos anos iniciais da década de 1930 – mais precisamente em 18 de março de 1933 – foi fundada na cidade Rio Branco uma loja maçônica, espaço de sociabilidade que já denotava uma diversificação social, haja vista que os fundadores da referida loja maçônica, em sua maioria, eram profissionais liberais, como médicos e engenheiros, comerciantes locais, funcionários públicos ligados a órgãos do estado que existiam na localidade, além de membros de outras denominações religiosas que não se encontravam vinculados à matriz tradicional de religiosidade da região, tendo nesse espaço a participação de pessoas ligadas à Igreja Batista local.

A oficialização da fundação, representada pelo dia 18 de março de 1933, constitui-se apenas no ato público que representa o início das atividades do agrupamento maçônico na cidade de Arcoverde para os órgãos de institucionalização das atividades maçônicas e a sociedade em geral da cidade de Rio Branco. Em nota do dia 25 de março de 1933, o jornal *O Amigo Matuto*, que circulava na cidade havia três anos, noticiava a organização da Loja Barão do Rio Branco, fornecendo as seguintes informações

Acaba de ser fundada nesta cidade, uma loja maçônica que tomou o nome do grande diplomata brasileiro Barão do Rio Branco. São seus fundadores os elementos mais destacados da sociedade local, motivo que certamente concorrera para o futuro da mesma se auspiciado ao brilhantismo. Conseguimos notar a presença dos seguintes cavalheiros: Drs. Luiz Coelho e Getúlio Cezar, srs. Epaminondas Santos, Isaias Lima, Virgílio de Barros Correia, João Lima e Sebastião Bastos, além de diversos maçons da cidade de Pesqueira e de outras partes. Fazemos votos de prosperidade à nova Loja¹⁶.

Por meio dessa nota, que destacava os personagens que participaram da cerimônia de instalação da oficina maçônica, os redatores do periódico local tornavam públicas as figuras centrais no processo de articulação para o estabelecimento da loja maçônica, figuras como Luiz Coelho e Getúlio Cezar, que era liberal, e comerciantes da cidade como Epaminondas Santos, proprietário de uma agência Ford na cidade de Rio Branco,

¹⁶ AMIGO Matuto. Arcoverde, 1933, p. 3.

responsável pela comercialização de automóveis que naquela época começavam a rasgar as veredas dos sertões.

Alguns desses indivíduos já eram maçons que haviam sido iniciados em outras cidades, e que, devido ao processo de expansão da cidade, haviam se estabelecido aqui; e, devido à falta de um espaço para trabalhar “maçonicamente”, as reuniões ocorriam nas casas de alguns desses indivíduos maçons, ou se deslocavam para lojas maçônicas como a Dever e Humanidade, da cidade de Caruaru, oficina que colaborou de maneira decisiva para que fosse possível a constituição da Loja Barão de Rio Branco.

Na nota emitida pelo Amigo Matuto apresentam-se outros aspectos que colaboram no sentido de compreender as representações sociais das quais os maçons seriam alvo e que colaborariam para forjar uma visão do que significava ser maçom, imagem que inclusive transporia a visão imediata das décadas de 1930 e 1940, e que permaneceria ligada à forma como a sociedade brasileira e rio-branquense compreenderia ou divulgaria as suas concepções sobre o que seria a maçonaria. A primeira delas residia no fato de compreender os integrantes da maçonaria como personagens de prestígio social, lançando sobre tal característica um aspecto que definiria a identidade daqueles que participariam da instituição. Tal concepção inclusive ainda faz parte de uma cultura histórica difundida por muitos indivíduos sobre a Maçonaria.

Um segundo ponto que merece ser dimensionado, e que relaciona-se diretamente ao argumento expresso no parágrafo anterior, lança luz sobre as características sociais da loja maçônica da cidade de Rio Branco. Ela era sua maioria formada por pessoas ligadas a atividades liberais, com a participação de muitos comerciantes e profissionais de diversas áreas, da engenharia à medicina. Personagens como Dr. Coelho Luiz Alves, Dr. Getúlio Cezar, Virgílio Barros Correia e Epaminondas Santos eram maçons que haviam sido iniciados havia algum tempo, e todos eles encontravam-se do ponto de vista ritualístico no grau 18, o que demonstra um percurso sacramentado no interior do mundo maçônico.

Os quatro maçons que iniciaram a campanha pela fundação de uma loja maçônica em Rio Branco haviam sido iniciados em outras lojas do estado de Pernambuco e faziam parte daquela população que, a partir dos benefícios econômicos que a então vila viria a conquistar desde as primeiras décadas do século XX, engrossavam as fileiras daqueles que chegaram à cidade no processo de expansão, que, com a chegada dos trilhos da Great Western, haviam modificado e dinamizado a realidade local.

A memória maçônica produzida pela loja Barão do Rio Branco, ao destacar o processo de difusão do ideário maçônico em terras rio-branquenses, dentro de uma ótica

de doação para a efetivação da propaganda maçônica na cidade destaca a aventura de fundação da loja maçônica, apresentando a seguinte realidade:

O ideal maçônico surgiu em Rio Branco, hoje Arcoverde, logo após a sua emancipação política ocorrida nos idos de setembro de 1928. Àquela época existiam maçons residindo na cidadezinha que ora surgia, mas pertencentes a outros orientes [...] reunindo-se informalmente em suas residências começaram a fomentar o ideal maçônico entre futuros candidatos [...] neste aspecto temos um rosário de sacrifício, com viagens noturnas, estradas de terra, invernos pesados, riachos em cheia¹⁷.

Por meio do depoimento acima, podemos acompanhar a maneira como os maçons locais esforçaram-se na reconstrução de uma memória a respeito da sua instituição na cidade. Analisando o trecho acima exposto, é possível observar que o discurso por eles construído centraliza-se na preocupação de destacar o caráter de dedicação no qual cada um dos maçons procurava juntar esforços para que o ideário maçônico conseguisse se estabelecer na cidade, mesmo no período anterior à fundação oficial do espaço maçônico na cidade de Rio Branco. Aliado ao argumento de devotamento à causa maçônica nos sertões pernambucanos, os maçons da Loja Rio Branco não deixam de destacar os “os sacrifícios” enfrentados por eles. Assim, construía-se uma forte alusão à posição de que, mesmo diante das dificuldades enfrentadas, o “espírito maçom” verdadeiro não desapareceu e se consolidou para que a propaganda maçônica se organizasse no recém-fundado município. Decorridos todos os obstáculos desde a reunião dos maçons residentes na cidade e a organização da loja maçônica, efetivada no mês de março de 1933, constituiu-se a Barão do Rio Branco, integrando os maçons residentes na cidade e os neófitos que passaram a integrar os quadros desta oficina, muitos deles ligados ao comércio local e a órgãos que funcionavam na cidade. A partir desse perfil socioeconômico, em grande medida escolhido nos segmentos do que poderíamos delimitar como a classe média local, é possível observar a composição de uma representação a respeito da maçonaria na cidade de Rio Branco embasada na perspectiva de que, nesse espaço, encontrávamos a imagem de um “clube” no qual eram indicados personagens que detinham poder e posse, visão que de certa forma continua relacionada à concepção de ser maçom nessa cidade e na sociedade brasileira.

Semelhante vinculação de interligar os maçons a um agrupamento no interior da fisionomia social, que estaria vinculado aos segmentos intermediários da sociedade,

¹⁷ BRITO, José Antonio de Carvalho; MORENO, Valdir Francisco do Santos; SANTOS, José Nunes. *Loja Maçônica Barão do Rio Branco: 66 anos de História*. Recife: Artegrafi, 1999.

destaca também outras perspectivas imagéticas que não podem deixar de ser exploradas, como, por exemplo, a visão de serem os maçons ardorosos defensores da visão liberal de mundo. Esse aspecto, em alguns casos, correspondia à realidade, mas não se constituía numa regra para pensarmos a identidade do que significaria ser maçom nas décadas de 20, 30 e 40 do século XX.

Quando destacamos tal perspectiva, o fazemos porque refletir sobre as composições dessas imagens colabora para que possamos atribuir à maçonaria uma complexidade maior do que muitas vezes a ela se vincula. Tal análise não serve só para pensarmos a maçonaria, mas pode servir de entendimento para construirmos uma análise histórica que supera os estereótipos e estigmas que se constituem em processos sob os quais se processam versões acerca de determinados temas da História.

Sendo assim, o lugar do maçom das décadas de 1930-40 colabora na compreensão das posições que alguns agrupamentos maçônicos tomarão com relação ao cenário político, que se instaura nas décadas de 1930-40, em grande parte polarizada, entre uma concepção identificada com um ideário liberal-democrático. E, no outro polo, com concepções políticas vinculadas a tendências contrárias ao liberalismo clássico, que defendia uma relação entre nacionalismo e uma visão na qual as ideias liberais haviam colaborado na verdade para uma desagregação dos valores da sociedade tradicional, além de provocar desestruturação econômica.

Essa concepção simbolizava o integralismo e encontraria nos maçons adversários que replicariam o combate em todas as regiões do Brasil, do debate entre segmentos defensores de princípios liberal-democrático, somando-se a estes, muitas vezes, simpatizantes e defensores de soluções políticas identificadas com socialismo e comunismo, e aqueles que se posicionavam dentro de uma ordem política que flertava com uma visão de mundo tradicional de viés mais autoritário. Será sobre esse embate que iremos tratar no tópico a frente, utilizando como microcosmo para a nossa análise a cidade de Arcoverde.

Integralismo e Maçonaria confrontos na cidade de Rio Branco (Arcoverde) (1933-1938)

Em importante estudo sobre os integralistas e sobre a maneira como sofreram repressão a partir do Estado Novo, Giselda Brito Silva (2002) analisou que, dentro da ordem do discurso integralista, o combate que travavam era pela defesa da nação. Como afirmou a autora, ocorreu na irradiação dos seus discursos uma ênfase na construção de uma ordem discursiva que combatia todo tipo de hábito, ideologia e conduta que por eles

fosse considerada como “exterior” ou “alienígena” à nossa formação cultural e religiosa¹⁸.

Dentro dessa plêiade de inimigos encontravam-se a Maçonaria e as suas derivações, que na acepção dos “camisas verdes” seriam enviados do judaísmo internacional e do comunismo. Essas forças eram vistas como expressões de exotismo, possuindo doutrinas que não comungavam com a verdadeira “alma do povo brasileiro”. Segundo a citada historiadora, a fim de conseguir o efeito de sentido discursivo necessário para se colocar como a expressão da alma brasileira e de um projeto novo para os destinos do Brasil, os integralistas negavam “qualquer vínculo com outros projetos políticos, especialmente porque a proposta nacionalista do integralismo prometia combate a tudo que fosse estrangeiro”. Por intermédio desse recurso discursivo, os integralistas pretendiam se colocar como os “diferentes”, contrários ao que achavam que era forasteiro, alheio aos anseios e ao modo de vida nacional. Preocupando-se em fortalecer tal visão, estruturou-se dentro do discurso integralista – recurso compartilhado pelos intelectuais católicos – uma visão de que a maçonaria seria, na verdade, um corpo estranho ao nosso tecido social, e que, segundo os adeptos do Sigma, compartilhava dos mesmos desejos de dominação internacional nutridos pelos judeus e comunistas. Superando os efeitos discursivos, temos um exemplo concreto desse embate político que colocava em campos diferentes os maçons e os integralistas. Os primeiros, como paladinos da liberdade e da ordem democrática, contra as aspirações fascistas e autoritárias, representadas pelos integralistas. Podemos observar essa relação através dos desdobramentos provocados pelos conflitos estabelecidos na cidade de Rio Branco, atual Arcoverde, no interior do estado de Pernambuco, entre os chamados “filhos da viúva”¹⁹ e os partidários do Sigma²⁰.

Segundo as referências localizadas na correspondência do Núcleo Integralista de Arcoverde, nas informações trocadas entre as sedes do partido, nas várias cidades do interior do estado, encontramos informações sobre a propaganda integralista na cidade de Rio Branco. O chefe da seção local, Napoleão Arcoverde, importante comerciante e liderança política do município, mostrava como ocorriam as relações entre o núcleo

¹⁸ SILVA, Giselda Brito. *A lógica da Suspeição contra a força do Sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

¹⁹ Esta expressão, que é utilizada pelos maçons para se autodenominarem, possui algumas explicações e significados. Entre eles, podemos destacar que o Filho da viúva é um apelido comumente aplicado aos maçons. Viúva, no caso, é a própria maçonaria enquanto instituição, já que seu fundador, Hiram Abiff, foi assassinado. Dessa forma, seus filhos maçons seriam órfãos de pai. Naturalmente, trata-se de uma alegoria, e não é a única inspiração dessa curiosa expressão. Na verdade, tal expressão é bastante antiga. Ela já era utilizada nas antigas iniciações, especialmente nos Mistérios Egípcios. “Filhos da viúva” eram todos aqueles que se iniciavam nos Mistérios de Isis e Osíris, pois Isis era a esposa viúva do deus Osíris, morto pelo seu invejoso irmão Seth. (ANATALINO, www.recantodasletras.com.br. Acesso: 16/08/2013).

²⁰ Gustavo NETO, Odilon Caldeira Barroso e o esquecimento: integralismo, antissemitismo e escrita de si. *Cadernos do Tempo Presente*, n. 14, out./dez. 2013, p. 44-56. www.getempo.org; NETO, Odilon Caldeira. *Sob o signo do Sigma: integralismo, neointegralismo e antissemitismo*. Maringá: Eduem, 2014.

integralista local e as demais forças políticas e sociais da cidade. No caso específico do nosso estudo, Napoleão Arcoverde traçava um quadro da receptividade da Loja Maçônica Barão do Rio Branco à propaganda integralista na cidade.

A correspondência em questão, endereçada a Nelson C. Silva, o presidente da Junta de Nucleação Provincial de Pernambuco, fornecia informações preciosas com relação ao processo de divulgação da propaganda do Sigma. Além disso, destacava as dificuldades encontradas, compondo com riqueza de detalhes os segmentos contrários aos integralistas na cidade. Na sua avaliação, a ideologia integralista estava gradativamente ganhando espaço e adeptos dentro do cenário político local. Relatando as atividades e a situação do Núcleo Integralista, Napoleão Arcoverde destacava como se encontravam organizados na cidade sertaneja. Assim ele relatava:

O nosso núcleo, fundado no dia 2 do corrente, vai em bom andamento. Estamos lutando contra os seguintes inimigos: A repartição do correios e telégrafos; onde os respectivos funcionários são nossos inimigos declarados exceto o agente e o telegrafista, o primeiro indiferente, o ultimo simpatizante, porém que não podem de forma alguma por um freio aos outros funcionários [...] A maçonaria: Sendo grande o número de maçons aqui, na sua maioria comerciantes, estão ameaçando os empregados que simpatizam com o nosso movimento, de demissão, chegando a fazer pressão junto a um irmão afim do mesmo demitir um nosso companheiro que é empregado dele. Não foram e parece que não serão atendidos. O empregado é do Sr. José Estrela de Souza, que apesar de maçom é o único que não nos hostiliza [...] O protestantismo; Este nos acusa de clericalistas, um dos pastores é também maçom [...] Os políticos; todos os políticos estão contra nós. Uma professora municipal foi censurada porque assistiu à sessão de instalação do nosso núcleo. No entanto talvez, no caso de eleições contemos com todo o professorado, que é simpatizante sem poder externar opinião com receio de demissões [...] Os desocupados; porque não tendo o que fazer combatem seja a que e o que for[...] Contamos com as simpatias do vigário da freguesia e dos católicos da cidade. Antes sermos combatidos do que olhados com indiferença. Do combate surgirão adeptos. Estou ativando a toda pressa a organização de uma escola noturna para adultos, que farão exercícios disciplinares.²¹

A partir deste Ofício é possível reconstruir como se encontrava o clima que se instaurou na sociedade rio-branquense em decorrência da fundação do núcleo integralista, como ficou evidenciado no relato. A situação, como Napoleão Arcoverde narrava, era de oposição ao movimento integralista em vários setores. Com relação à posição dos maçons locais, a sua intenção era utilizar a influência de que desfrutavam, nas palavras do integralista, junto aos membros da Loja Barão do Rio Branco e pessoas próximas, no sentido de não deixar que os partidários do Sigma ganhassem espaço e influenciassem na política da cidade. Mesmo que o comerciante rio-branquense observasse a disseminação

²¹ ARCOVERDE, Napoleão. *Ofício ao companheiro Nelson C. Silva presidente da junta de nucleação província de Pernambuco- Recife*. Rio Branco, 08/05/1937. Pasta 4938 - DOPS - APEJE.

da mensagem de tal ideário político junto a segmentos sociais e políticos da cidade, alguns funcionários do comércio local e de parte do professorado de Rio Branco, parecia que suas divisões em torno de segmentos vinculados a políticos que combatiam o integralismo possuíam ressonância junto a um grupo desses profissionais.

Como é possível compreender, as relações entre maçons e integralistas refletia-se dentro de uma conduta/realidade política de combate, posição que na visão de Napoleão era adotada pelos maçons frente às forças integralistas; mas é bem possível que a confrontação se desse também da parte dos partidários do Sigma. Tal cenário, narrado pelo chefe mor do integralismo rio-branquense, apresenta algumas evidências que merecem ser problematizadas. Primeiro, a de que os maçons estavam interagindo dentro do cenário político nacional, ao adotar uma posição de combate às forças consideradas reacionárias. O segundo aspecto a ser destacado se referia ao grupo social que formava a base da Maçonaria na cidade de Rio Branco. Como podemos antever, a maior parte dos seus filiados era proveniente do comércio e de profissões liberais, desfrutando no interior da sociedade rio-branquense de certo poder e redes de influência que, em alguma medida, pareciam travar as possibilidades de expansão, na compreensão exposta pelos partidários do Sigma.

O nível de hostilidade dos maçons ao integralismo na referida cidade parecia ter sido intenso – salvo exceções, como a do Senhor José Estrela, comerciante local que, mesmo sofrendo pressões dos seus confrades, não parecia ser um forte oponente às ideias do movimento integralista local. Isto se tornava mais evidente, uma vez que não havia por parte do comerciante uma atitude de perseguição aos funcionários que simpatizavam com aquele credo político. Mesmo assim, é possível considerar que o clima de embate na cidade entre os partidários do Sigma e “os filhos da viúva” demonstrava a existência de um grau de confronto, com estes pretendendo esvaziar as possibilidades de expansão do ideário de tendências nacional-autoritárias junto à comunidade local. Tal realidade colaborou para que fosse possível compreender qual o lugar e as posições assumidas pelos maçons locais no interior do cenário de enfrentamento de posições políticas dissonantes. Assim, o documento torna-se muito elucidativo no sentido de repensarmos aquela imagem construída sobre a maçonaria durante a República, que ficou sendo percebida e discutida pela historiografia como uma instituição sem atuação e alheia ao debate político estabelecido durante o período do recorte deste artigo²².

²² HOLANDA, Sérgio Buarque. Da Maçonaria ao Positivismo. In: _____ . (org.). *História geral da civilização brasileira*. 4ª. ed. São Paulo: Difel, 1985, t. II, vol. 5, p. 289-305.

Constatamos, ao contrário do que ficou posto, que os maçons e a sua instituição desenvolveram estratégias de ação política, cultivando muitas vezes hábitos diferentes dos que estavam sacralizados pela historiografia, principalmente ao reduzirem a atividade desta instituição a um suposto posicionamento político partidário. Observamos que suas táticas e compreensão do que era percebido como ação política foi mudando e moldando-se aos novos tempos, passando a ser compreendida dentro de outro enfoque por meio do estabelecimento de estratégias de combatividade expressas neste texto, e que se reflete, por exemplo, na defesa dos princípios republicanos, que eram vistos com descrédito no interior do cenário político e cultural da Era Vargas. Isso de alguma maneira acabava refletindo uma áurea de desconfiança sobre a maçonaria, principalmente por ela se colocar como defensora desses princípios²³.

A combatividade e ação política da maçonaria pernambucana se revelava através da instauração de novos núcleos de propaganda, durante a Década de 1930, e da formação de uma imprensa na qual podemos encontrar os pontos de vista dessa instituição no Estado. Mesmo contando com um número incipiente de publicações e com uma periodicidade comprometida, tais espaços de atuação constituíam-se a partir de nossa interpretação, a materialização do significado de ser maçom e ao mesmo tempo atuar politicamente, mesmo que esta iniciativa não se vinculasse a qualquer legenda partidária. O corpus político defendido pelos maçons da Loja Maçônica Barão de Rio Branco orientava-se na defesa de princípios que haviam colaborado para fornecer à maçonaria sua identidade ao longo do processo de constituição na modernidade ocidental, que era a defesa dos pressupostos vinculados ao ideário liberal, mesmo que num momento como esse tivéssemos maçons que porventura simpatizassem com o apelo nacionalista do Sigma.

Semelhante embate, aliado à identificação com uma posição de combater sistemas políticos de tendência ou viés autoritário, acabou provocando a proscrição institucional da maçonaria e, nos anos posteriores a 1937, a finalização das suas atividades. Tal cenário repercutiu e materializou-se na cidade de Rio Branco.

Repressão à loja maçônica Barão Do Rio Branco em Arcoverde

A manhã de sábado do dia 23 de outubro de 1937 trazia estampada nas primeiras folhas dos principais jornais de circulação de Pernambuco a notícia da recomendação do fechamento das lojas maçônicas do país e do estado. A resolução tomada pela Comissão

²³ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; SILVA, Augusto César Acioly Paz. *Maçonaria e República: confrontos, conflitos, tensões e atuação sociopolítica de maçons em Pernambuco nas décadas de 1930 e 1940*. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

Executora do Estado de Guerra demarcava, de alguma forma, o sentimento de autoritarismo e perseguição que o país atravessava, além de constituir-se num presságio aos acontecimentos que se desenrolariam cerca de quinze dias após com a instauração do Estado Novo, no dia 10 de novembro 1937. Esse ato de cerceamento à liberdade que marcaria a década de 1930, de forma geral, agravou-se após o movimento encampado pelos comunistas brasileiros no ano de 1935. Esse evento acabou por intensificar decisivamente o sentimento anticomunista reinante nos meios políticos e intelectuais mais conservadores da sociedade brasileira e pernambucana²⁴.

O sentimento anticomunista que se encontrava estabelecido na cultura política brasileira e pernambucana colaborou como uma chave de leitura importante para que possamos compreender a força que o discurso antimaçom, apresentado neste período, desfrutou, não somente na composição dos discursos, mas também no sentido de garantir a legitimidade para operar a interdição dos espaços maçônicos sem uma contestação mais efetiva, seja da imprensa, seja dos setores maçons.

Tal carga de negatividade e o esforço em estabelecer relações de semelhança entre as ações maçônicas e comunistas constituíram-se numa tônica explorada nos jornais que circularam entre os dias 23 e 26 de outubro de 1937, tanto no âmbito do estado de Pernambuco quanto na imprensa nacional. A referência dessa suposta relação estreita entre os maçons e comunistas ganhava nos argumentos dos representantes da Comissão Executora de Guerra e dos setores militares fortes traços de antissemitismo, ao divulgar a ideia de que a maçonaria era representante dileta tanto do comunismo quanto da propaganda sionista.

O *Jornal do Comércio*, no dia 23 de outubro, trazia dois títulos referentes à disposição assumida pelo governo varguista na interdição das atividades maçônicas no país. O primeiro dos títulos, de maneira objetiva, destacava a notícia com as seguintes palavras: **“Determinado pela Comissão Executora do estado de Guerra, o fechamento de todas as Lojas Maçônicas do País”**²⁵. Nesse primeiro título podemos observar o caráter direto e seco a respeito da mensagem veiculada pela matéria. O jornal não mostrava quais teriam sido as motivações reais, dimensão que seria mais bem explorada no segundo título da manchete, onde, com um sentido de desvelamento, os editores da notícia pretendiam apresentar quais teriam sido os motivos que haviam orientado tais medidas. O subtítulo assim se expressava: **“O coronel Azambuja**

²⁴ NETO, José Maria Gomes de Souza. Propaganda política no populismo brasileiro: o caso pernambucano (1937 – 45). In: *Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas*. 2006, Campinas/SP. Anais. Campinas/SP:ANPLACH, 2006; D'ARAUJO, Maria Celina. *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Eduerj; Rio de Janeiro: FGV, 1999.

²⁵ *Jornal do Comercio*. Recife, 23/10/1937, p. 3.

Villanova põe em relevo os motivos em que se baseou aquela medida – os verdadeiros fins da instituição – Boa Fé dos maçons brasileiros – importantes revelações”.

O conteúdo que ganhou forma ao longo do artigo expressava uma forte visão anticomunista e antissemita, restaurando o tema do complô judaico maçônico comunista, tão largamente utilizado pela imprensa e por intelectuais da época, argumentando que tanto a ideologia maçônica quanto a comunista estavam a serviço dos judeus. As declarações do coronel eram no sentido de apontar os malefícios causados pela maçonaria à sociedade. Constitui-se, além disso, em resgatar várias narrativas que dessem força e sentido aos seus argumentos em defesa da proscricção das atividades maçônicas no país. O autor chegou, inclusive, a expor memórias familiares, ao relatar o pedido feito pelo seu avô no leito de morte para que nenhum dos seus filhos e parentes aderisse à maçonaria, da qual o seu avô havia sido membro, pois existiam atividades nefastas que nem todos os integrantes tomavam partido devido à sua estrutura hierarquizada e ritualística.

No sentido de validar as suas declarações e lançar o artifício da dúvida sob a maçonaria, o coronel Azambuja Villanova mostrava que a maçonaria representava um perigo para a nação. Devido às supostas relações entre os “seguidores de Moscou” e “os filhos da viúva”, o coronel Villanova concluía a sua entrevista destacando que:

Além disto certa loja dessa Capital expediu um prospecto político a todas lojas maçônicas do país, bastante divulgado, no qual se mostra aterrorizada com as ameaças contra a Liberdade, aparecidas constantemente, pelo surto dos extremismos, porém atacando só o Nazismo, o fascismo e o integralismo. Nesse manifesto é convocada toda a gente para combater a theorias de direita. Entretanto, por um “esquecimento”, talvez, nem se fala em comunismo²⁶.

Numa sociedade sistematicamente “assustada” pelo “fantasma do comunismo”, as declarações do militar ganhavam grandes proporções e repercutiam de maneira intensa não só na capital, mas em todo o estado. Verificamos, a partir das citadas declarações, que mesmo contando com um conjunto de imprecisões ao falar sobre as supostas relações entre maçonaria e comunismo, o coronel se utilizava de certa imprecisão ao citar uma loja maçônica que havia divulgado um texto político. Em uma sociedade que não estivesse tomada pela histeria da perseguição e caça à dita subversão, tal atitude constituir-se-ia num elemento de questionamento, tanto por parte da imprensa quanto dos segmentos defensores da liberdade e da democracia²⁷.

²⁶ O coronel Azambuja Villanova põe em relevo os motivos em que se baseou aquela medida – os verdadeiros fins da Instituição - Boa Fé dos maçons - brasileiros importantes revelações. *Jornal do Comercio*, Recife, 23/10/1937, p.3.

²⁷ BENIMELI, José Ferrer. *La Masoneria*. 2.ed. Alianza Editorial: Madri, 2005.

Outro aspecto que destacamos em nossa análise é a forma como a reportagem encontrava-se elaborada e veiculada no jornal, apontando o sentido de quais as posições da imprensa frente a tal questão. A partir do estilo empregado no artigo, podemos assinalar que a posição tanto do *Jornal do Comércio* quanto do *Diário da Manhã*, jornais de grande circulação na capital pernambucana, expressavam um sentimento de adesão às declarações do coronel Azambuja Villanova. Essa perspectiva pode ser salientada porque nos dois periódicos, que informaram um conjunto farto de detalhes sobre o caso, não se encontra algo que se contrapusesse à versão oficial produzida, até mesmo por parte da maçonaria. Tal fato mostra que, ao dar publicidade a essa resolução, a imprensa estava cumprindo o seu dever cívico de defesa da pátria, contra elementos considerados desagregadores da moral e da ordem que deveria ser preservada.

Ainda no dia 21 de novembro, dois dias antes da notícia do fechamento das lojas ser veiculada na imprensa, o então governador de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, recebia de José Carlos Macedo, presidente da Comissão do Estado de Guerra instituído no início do mesmo mês, um telegrama que ordenava o fechamento imediato das lojas maçônicas existentes em Pernambuco. A ordem foi executada prontamente, pois, no outro dia, o governador telegrafou ao “triunvirato”, composto pelo ministro Macedo de Soares, general Newton Cavalcanti e o almirante Dario Paes Lemos, autoridades responsáveis pela comissão executora do Estado de Guerra.

No telegrama enviado, o governador informava o fechamento de diversas lojas maçônicas da capital – entre elas a Redenção do Oriente, Cavalheiro do Oriente, Cavalheiros Templários, Firmeza e Humanidade e a Grande Loja Simbólica de Pernambuco –, como também a apreensão dos arquivos das referidas lojas²⁸.

Depois da execução do processo de busca e apreensão em algumas lojas da capital, Carlos de Lima Cavalcanti repassou o processo de interdição das oficinas maçônicas existentes no estado ao 2º delegado auxiliar do Recife, Adalberto Maciel, autoridade que ficou responsável de telegrafar aos delegados e representantes da força policial, nos vários municípios do estado, comunicando a ordem expedida pela comissão de Guerra.

Não obstante a expedição da ordem de fechamento, ela ocorreu em ritmo diferenciado do que aconteceu com as lojas da capital. Um exemplo disto pode ser compreendido pelo fato de que, mesmo com o envio do telegrama aos municípios pernambucanos comunicando o fechamento das lojas, tal ato não aconteceu com a apropriação imediata dos bens das referidas lojas nas cidades do interior de Pernambuco.

²⁸ *Diário da Manhã*, Recife, 23/10/1937, p. 1-3.

Outro dado importante reside no fato de que, ao longo do período de novembro de 1937 ao final do Estado Novo, as oficinas maçônicas não puderam nem mesmo funcionar aqui em Pernambuco para reuniões sociais, movimento que aconteceu em outros locais. Uma das possibilidades de explicação para tal rigidez, segundo pesquisas que realizamos²⁹, deu-se pelo fato de que a força dos intelectuais relacionados ao conservadorismo católico, que tinham vários membros em postos importantes do governo e que tinham força junto ao estado – principalmente com a chegada de Agamenon Magalhães ao governo, com o Estado Novo, a organização maçônica foi desarticulada –, este tomou conta dos espaços ritualísticos e lojas maçônicas, apropriando-se dos seus arquivos e objetos.

Foi grande a quantidade de lojas que, ao final do Estado Novo, requereu os seus acervos à Delegacia de Ordem Política e Social e recebiam como resposta a negativa de que os seus arquivos pessoais não se encontravam sobre a posse deste órgão. A respeito de tal realidade, lançamos algumas hipóteses. A primeira delas foi a do extravio dos pertences das oficinas maçônicas dos vários municípios pernambucanos. Já a segunda hipótese orienta-se dentro da perspectiva de que, em alguns lugares, os maçons retiraram os objetos mais importantes, como as atas e alguns objetos da loja, e os guardaram, tendo inclusive notícias através da memória de algumas das oficinas da continuidade de reuniões que se realizavam nas casas dos maçons.

Um exemplo dessa estratégia de intervenção dos maçons no sentido da Delegacia de Ordem Social não tomar posse do arquivo e instrumentos de trabalho maçônico apresenta-se a partir do depoimento memorialístico de um maçom que pertenceu à loja Rio Branco, localizada na cidade de Rio Branco. Valdir Moreno reproduziu uma versão de como os “irmãos maçons” daquela oficina encontraram uma maneira de preservar o seu acervo sem entregá-lo completamente:

Lembro o irmão Valdir Moreno, sempre cauteloso em suas informações para não incorrer em erro, que, em 1938, o venerável Aprigio Estevam Tavares fora procurado pelo Sargento/Delegado da cidade e que lhe apresentará ofício da chefia de polícia da Capital, determinando a dissolução da maçonaria arcoverdense para sempre. E para que da mesma nada restasse, fossem todos os seus bens alienados (vendidos, doados etc.), de modo que não deixassem marca para reativação. Naquele tempo era precária a iluminação pública, ficando a cidade às claras somente no começo da noite. Valendo-se disto, o Venerável Aprigio, durante a madrugada, com outros irmãos foram ao Templo e o esvaziaram, levando para seus cuidados os instrumentos de trabalho maçônico e demais pertences.³⁰

²⁹ SILVA, Augusto César Acioly Paz. *Maçonaria e República: confrontos, conflitos, tensões e atuação sociopolítica de maçons em Pernambuco nas décadas de 1930 e 1940*. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

³⁰ SILVA, Augusto César Acioly Paz. *Maçonaria e República: confrontos, conflitos, tensões e atuação sociopolítica de maçons em Pernambuco nas décadas de 1930 e 1940*. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

O testemunho desse maçom contribui, de forma decisiva, no sentido de construir uma possibilidade de interpretação dentro da hipótese que havíamos anteriormente aventado a respeito dos destinos trilhados pelos acervos maçônicos das lojas do interior que não foram encontrados pelos funcionários da 2ª Delegacia Auxiliar do Recife. A narrativa do maçom rio-branquense, baseado em informações que haviam sido relatadas a ele pelo venerável do período, mostra como se deram as estratégias de resistência dos maçons rio-branquenses frente à preservação dos seus arquivos e pertences. Semelhante evento demonstra o objetivo da Secretária de Segurança Pública de endurecer suas ações contra os maçons pernambucanos com o objetivo de banir qualquer tipo de tentativa de reorganização maçônica em Pernambuco, o que denuncia o grau de antimaçonismo no interior do estado.

A instauração do Estado Novo em Pernambuco não restituiu o poder de interdição apenas aos maçons, mas também aos integralistas pernambucanos, principalmente após as tentativas de intentona organizada pelos integralistas no mês de maio de 1938. Tal movimento colaborou de alguma maneira para que o discurso de desordem e da necessidade de um Estado de Ordem, referenciado pelo Estado Novo, pudesse justificar-se. Dessa forma, é possível observar que, mesmo sendo grupos com horizontes diferentes e que rivalizaram em vários momentos, ambos (a maçonaria e o integralismo) sofreram por parte do modelo político orientado por Vargas. Não sofreram pelo fato de o presidente ser um democrata, mas porque ele pretendia esvaziar todos os segmentos que de alguma maneira pudessem dividir o palco seja no campo das ideias, ou, de maneira mais concreta, no domínio do poder.

Considerações finais

Como foi possível observar ao longo do texto, a fundação de uma oficina maçônica nos sertões pernambucanos inseria-se na continuação do esforço de expansão que a maçonaria procurava construir e que Alexandre Barata (1999) já havia identificado como possibilidade inclusive de demonstrar que, ao invés da suposta decadência maçônica com o raiar da República, tal ação sinalizava o contrário.

Sob essa perspectiva, ao acompanhar o processo de estruturação da oficina maçônica, foi possível observar e compreender os embates e, demais, o ideário que mobilizava esses indivíduos da cidade de Arcoverde. Verificou-se, também, qual o campo embate e de representações que no desenrolar da década de 1930 travou-se entre os integralistas e os maçons da cidade. Observou-se em qual campo eles se colocavam, o que,

de forma geral, lança um olhar sobre a dimensão de uma cidade do sertão pernambucano, não deixando de possibilitar conexões com as posturas maçônicas no país e os enfrentamentos desenrolados.

Isto posto, é possível perceber que a Loja Barão de Rio Branco seguia um perfil de sujeitos relacionados à classe média e representantes dos ramos comercial e empresarial, o que de alguma forma apresentava uma preocupação em reunir sob o templo maçônico personagens que estivessem ligados, ao menos de forma geral, a segmentos que demonstrassem certo impulso “modernizador” e identificado com uma posição liberal, mesmo que seus membros fossem conservadores do ponto de vista partidário.

Compreender o processo de estruturação da maçonaria em Arcoverde e os seus enfrentamentos políticos em meados da década de 1930 colabora para que criemos possibilidades de reflexão a respeito dessa instituição num espaço geográfico e histórico. Dentro desse espaço, a propaganda maçônica disseminou-se no Brasil de maneira mais intensa a partir do século XX, o que denota que a chegada dos maçons aos sertões demonstrava, em alguma medida, o desenvolvimento e a potencialização de tal núcleo urbano como cidade-polo nos sertões pernambucanos.

Recebido em 04 de novembro de 2019

Aceito em 06 de junho de 2020